



A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.

EDUCATION IN ANGOLA FROM THE 15TH TO THE 21ST CENTURY: A LOOK AT THE ORGANIZATION, DEVELOPMENT AND PERSPECTIVE OF THE SECTOR.

LA EDUCACIÓN EN ANGOLA DEL SIGLO XV AL XXI: UNA MIRADA A LA ORGANIZACIÓN, DESARROLLO Y PERSPECTIVA DEL SECTOR.

Mário Graça da Costa¹, Maria Aparecida Santos e Campos²

e361686

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i6.1686>

PUBLICADO: 06/2022

RESUMO

O presente artigo tem como Objectivo conhecer a Educação em Angola do Século XV ao Século XXI, olhando pela organização, desenvolvimento e perspectiva do Sector. A educação considera-se como meio fundamental para a socialização do indivíduo e a escola como agência do mesmo processo e sua missão é otimizar a assimilação dos conteúdos linguísticos e de outro tipo de formação de pessoas competentes desde o ponto de vista comunicativo e que se realiza na prática. Falar da educação, é falar do passado, do presente e do futuro. A educação em Angola, antes, durante e depois da independência, não deve ser abordada somente numa perspectiva história, mas também devemos analisá-la numa perspectiva sociológica, sentindo-nos quase obrigados” a nos deter no período colonial por ser o marco de referência no surgimento do ensino em Angola. O ensino escolar teve início em Angola nos séculos XVI e XVII, portanto muito antes do actual território constituir-se em uma unidade. Com a independência, se tornou preocupação do Governo em expandir a educação e ensino por todo o país, seja ele público, participado e privado, tornando assim, aquilo que antes foi inacessível, acessível a todos sem excepção ou discriminação, garantindo a qualidade de ensino, a inovação, o empreendedorismo e para as universidades, apoiando – se nos tres pilares fundamentais que são, Ensino, Investigação e Extensão. Espera-se no final da pesquisa, os leitores possam conhecer o percurso histórico da Educação em Angola, do Século XV ao Século XXI.

PALAVRAS - CHAVES: Educação. Organização. Investigação. Qualidade de Ensino. Inovação

ABSTRACT

This article aims to know Education in Angola from the 15th to the 21st century, looking at the organization, development and perspective of the Sector. Education is considered as a fundamental means for the socialization of the individual and the school as an agency of the same process and its mission is to optimize the assimilation of linguistic contents and other types of training of competent people from the communicative point of view and that is carried out in practice. Talking about education is talking about the past, the present and the future. Education in Angola, before, during and after independence, must not be approached only from a historical perspective, but we must also analyze it from a sociological perspective, feeling almost obliged” to stop at the colonial period as it is the frame of reference. in the emergence of education in Angola. School education began in Angola in the 16th and 17th centuries, therefore, long before the current territory became a unit. With independence, it became the Government's concern to expand education and teaching throughout the country, be it public, shared and private, thus making what was previously inaccessible, accessible to all without exception or discrimination, guaranteeing the quality of education, innovation, entrepreneurship and for universities, relying on the three fundamental pillars which are Teaching, Research and Extension. It is expected at the end of the research, readers will be able to know the historical path of Education in Angola, from the 15th to the 21st century.

KEYWORDS: Education. Organization. Research. Teaching Quality. Innovation

¹ Universidade Internacional Iberoamericana do México – UNINI - MX.

² Universidade Internacional Iberoamericana do México – UNINI - MX.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo conocer la Educación en Angola desde el siglo XV hasta el siglo XXI, mirando la organización, desarrollo y perspectiva del Sector. A educação considera-se como meio fundamental para a socialização do indivíduo e a escola como agência do mesmo processo e sua missão é otimizar a assimilação dos conteúdos linguísticos e de outro tipo de formação de pessoas competentes desde o ponto de vista comunicativo e que se realiza em la práctica. Hablar de educación es hablar de pasado, presente y futuro. La educación en Angola, antes, durante y después de la independencia, no debe ser abordada sólo desde una perspectiva histórica, sino que debemos analizarla también desde una perspectiva sociológica, sintiéndonos casi obligados” a detenernos en el período colonial como marco de referencia. en el surgimiento de la educación en Angola. La educación escolar comenzó en Angola en los siglos XVI y XVII, por lo tanto, mucho antes de que el territorio actual se convirtiera en una unidad. Con la independencia, pasó a ser preocupación del Gobierno expandir la educación y la enseñanza en todo el país, ya sea pública, compartida y privada, haciendo así accesible lo que antes era inaccesible para todos sin excepción ni discriminación, garantizando la calidad de la educación, la innovación, el emprendimiento. y para las universidades, apoyándose en los tres pilares fundamentales que son la Docencia, la Investigación y la Extensión. Se espera que al final de la investigación, los lectores puedan conocer el recorrido histórico de la Educación en Angola, desde el siglo XV hasta el XXI.

PALABRAS-CLAVE: Educación. Organización. Investigación. Calidad Docente. Innovación.

INTRODUÇÃO

A educação em Angola, antes, durante e depois da independência, não deve ser abordada somente numa perspectiva histórica, mas também devemos analisá-la numa perspectiva sociológica, sentindo-nos quase “obrigados” a nos deter no período colonial por ser o marco de referência no surgimento do ensino em Angola, “assim como em muitos outros países do continente africano, durante a presença colonial europeia, uma vez que, a educação desenvolvida pelos africanos antes da presença colonial, em várias regiões de África, baseava-se num quadro não formal” (ZAU, 2009).

Neste neste sentido, grande parte desta educação era adquirida nos onjangos, experiência passada pelos pais através do exemplo e do comportamento dos membros mais velhos da sociedade. Em circunstâncias normais ela emerge naturalmente, elevando-se do ambiente social. No quadro desta observação, facilmente se constata que a educação não formal foi utilizada durante muitos anos na África pré-colonial com um sistema de ensino ligado ao modo de vida das populações para a sua sobrevivência.

Retornando a educação como nosso campo de análise, gostaríamos de afirmar que o trabalho que aqui apresentamos, abordará de uma maneira resumida a educação nos períodos antes, durante e depois da independência bem como abordaremos a educação até aos nossos dias, pois que, a luta de libertação nacional levada a cabo pelos nacionalistas angolanos militantes dos movimentos de libertação nacional (MPLA, FNLA e UNITA), mostrando caminhos para o desenvolvimento e institucionalização da Educação e ensino em Angola o objectivo geral do presente trabalho, é Conhecer a educação em Angola do Século XV ao Século XXI, olhando pela organização, desenvolvimento e perspectiva do Sector e têm como objectivos específicos, Identificar os aspectos importantes que marcaram a educação em Angola do Século XV ao Século XXI; Descrever os aspectos organizacionais do desenvolvimento do Sector da Educação olhando para os

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

desafios do Século XXI; Reconhecer a importância e a trajetória da Educação em Angola, do Século XV ao Século XXI.

O presente tema, é de suma importância para a vida socioeconómica e educativa do País, porque vai ajudar a ter o marco histórico da educação desde os primórdios, presente e prospectamos o futuro da Educação em Angola com vista a se melhorar a qualidade do processo de ensino e aprendizagem em todos os subsistemas de ensino, nas escolas públicas, participadas e privadas. Pois que a educação é o pilar fundamental de qualquer nação, os recursos humanos bem formados, constituem a melhor riqueza que um país deve ter.

Outrossim, é necessário olhar e apostar seriamente para a formação de Gestores escolares e professores, capacitá-los técnica e profissionalmente, tendo em conta os grandes “avanço das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), possibilitando-lhes a sua ampliação nos mais diversos segmentos da sociedade, criando possibilidades e probabilidades infinitas do seu uso na Educação” Costa et al., (2022, p. 49). O uso das TIC na educação, possibilita o acesso às informações de forma rápida, simples, e ao professor utilizá-la como um instrumento metodológico a mais para apoiar o processo de ensino e aprendizagem, e aos alunos expandir seus conhecimentos ao ter acesso rápido e simples às informações (COSTA; SANTOS; CAMPOS, 2021) criado por Costa et al., (2022, p. 49). O Artigo tem como Problema de Investigação; Quais são os aspectos históricos, que marcaram a educação em Angola do Século XV ao Século XXI, olhando pela organização, desenvolvimento no sentido de perspectivar o futuro do Sector na promoção de um ensino de qualidade, para a formação de quadros competentes, comprometidos, humildes, tendo em conta as novas exigências do País?

OS PRIMÓRDIOS DO ENSINO EM ANGOLA

O ensino escolar teve início em Angola nos séculos XVI e XVII, portanto muito antes do actual território constituir-se em uma unidade. No decorrer da sua presença no Reino do Kongo, os padres católicos presentes na Corte do M'Banza Kongo empenharam-se em divulgar não apenas o cristianismo, mas também a língua portuguesa e a correspondente escrita, bem como rudimentos de matemática, (ZAU, 2009).

Depois da fundação das Praças Fortes de Luanda e de Benguela, estabeleceram-se lá algumas escolas de nível básico, inicialmente apenas para filhos dos colonos brancos, inclusive alguns filhos que tiveram com mulheres africanas, depois também para um pequeno número de crianças africanas, pois que, nesta fase, as escolas não constituíam um sistema de ensino e nem sequer tinham estruturas muito definidas (NGULUVE, 2006).

A situação mudou no decorrer do século XIX, quando Portugal passou a ocupar lentamente o território correspondente ao de Angola de hoje e, paralelamente a acção militar, e muitas vezes a procedê-la, houve uma acção missionária cada vez mais extensa, tanto católica como protestante. Os missionários ligavam sempre a cristianização a uma escolarização mais ou menos desenvolvida. Esta



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

começou, inclusive, a abranger a população africana urbanizada que se aglomerava em Luanda e Benguela bem como nas vilas que foram fundando passo a passo, (NGULUVE, 2007).

ANGOLA- A EDUCAÇÃO PÓS-INDEPENDÊNCIA

Antes da ocupação e da expansão colonial em África no geral e em Angola em particular, já se praticava a educação, baseada num quadro não formal. Grande parte desta educação era adquirida pelos pais através do exemplo e do comportamento dos membros mais velhos da sociedade. Em circunstâncias normais ela emerge naturalmente, elevando-se do ambiente, (VIEIRA, 2007).

É só nos lembrarmos em referências históricas que, quando a primeira delegação chefiada por Diogo Cão em 1482 chegou a foz do rio Zaire, encontraram um povo administrativamente organizado, com um rei, uma capital (Mbanza Congo), uma população superior a 100 mil habitantes e com uma economia baseada na agricultura. Todos estes factos históricos demonstram o quanto esta população era educada; assim sendo, apesar de este povo não ter o domínio da escrita na altura, é de uma certa maneira egoísta pensar-se que o povo que habitava em Angola não praticava a educação. Também não corresponde a uma verdade histórica afirmar que a educação nesta parte do continente começou com o processo colonial. (VIEIRA, 2007).

SURGIMENTO DO ENSINO OFICIAL EM ANGOLA

Referências históricas afirmam que, durante vários séculos da colonização portuguesa, o ensino esteve reduzido sob a responsabilidade das Missões religiosas, sendo o ensino laico muito reduzido e praticado por algumas instituições não oficiais (VIEIRA, 2007). Segundo este autor, apesar da existência do ensino oficial na Província de Angola, a situação da maioria da população africana em nada se alterou, pois um grande número continuava sem escolarização, uma vez que (o decreto de 1845 de José Joaquim Falcão, procurou dar satisfação às exigências das populações civilizadas) beneficiando assim a maioria da população colonizadora, (ZAU, 2009).

Segundo (ZAU, 2009), alguns dados apontam que o ensino missionário não era praticado apenas pelas Missões Católicas, pois com o passar do tempo instalaram-se também no território angolano, algumas Missões Protestantes que contribuíram para o ensino das primeiras letras às populações autóctones (indígenas).

Até os primeiros anos do século XIX, a educação laica (educação não religiosa) em Angola era ainda muito limitada e não estava por isso ao alcance de todos, só uma minoria de europeus abastados e da burguesia africana radicada principalmente em Luanda, podia frequentar algumas instituições de carácter privado que existiam no território, principalmente nos aglomerados de população colonial (SANTOS, 1970).

Se por um lado o decreto de 1845 de José Joaquim Falcão, procurou dar satisfação às exigências das populações civilizadas, beneficiando assim a maioria da população colonizadora, Martins Santos citado por Laurindo Vieira, refere que este decreto também marca o pronúncio da



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

abertura dos primeiros alicerces da escola pública no ultramar e, muito especialmente, em África. Com a legislação o ensino oficial começou aos poucos a fazer parte da realidade angolana, mas se tivermos em conta a data de chegada dos portugueses à foz do rio Zaire (1482) e a preocupação destes com a questão do ensino (1845), passaram-se mais de três séculos para que se pensasse na implementação de um sistema de ensino público, o que não deixa de ser chocante para um colonialismo que apregoava ter civilizado os chamados “povos bárbaros”. (Ibid.45).

Apesar da existência de um ensino oficial em Angola, a situação da maioria da população africana em nada se alterou, pois um grande número continuava sem escolarização.

O “liceal” só teve início nos primórdios do século XX, mais concretamente a partir de Fevereiro de 1919, quando foi fundado o primeiro Liceu de Luanda e da província, o Salvador Correia (SANTOS, 1970). Assim desde a assinatura do decreto de José Falcão em 1845 até o surgimento do 1º liceu passaram-se 74 anos para que surgisse em toda província de Angola uma escola secundária oficial, o que, por si só, demonstra o atraso no desenvolvimento do campo educativo em Angola e as dificuldades de muitos em prosseguirem os seus estudos secundários. Contudo é importante salientar que, embora o surgimento do ensino secundário fosse já uma realidade em Angola, ou melhor em Luanda, a situação de escolarização da maioria da população africana e outra desfavorecida não mudou significativamente, tendo em atenção que o Liceu Salvador Correia era frequentado maioritariamente por filhos de grandes proprietários europeus que viviam em Angola, isto é, fazendeiros portugueses, elementos de ascendência portuguesa e alguns africanos, (VIEIRA, 2007).

Santos, (1970), o ensino profissional destinava-se fundamentalmente aos africanos, então designados anteriormente por indígenas. Por outro lado, para os angolanos restava-lhes as escolas profissionais onde faziam um curso de artes e ofícios.

De 1926 – 1933 Portugal implementa uma nova política com relação as colónias ultramarinas e publica o Acto Colonial onde se reforçava o sentimento de um novo regime ditatorial:

É da essência orgânica da nação portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nele se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente.

Como se pode constatar as colónias estavam diante de um novo quadro político e as suas populações iniciavam um novo ciclo de vida sob um regime diretorial, que, mais do que conceber direitos e dignidade aos povos africanos se arrogava, através do Acto Colonial, o direito de oprimir e subjugar sob a capa de “civilizar” e “educar”.

Em 1932, Salazar assume o poder do governo Português e, 1933 na Conferência Imperial Colonial defendia «o estado central deve organizar com eficácia a protecção das raças inferiores (...) em benefício do ocidente».

Em termos da educação e ensino, a política do estado novo continuava a encarar a questão da escolarização dos africanos como sendo desnecessário (...) como afirmava o Boletim do Ensino da Colónia de Angola:

«O indígena tem de ser um indivíduo útil principalmente no seu meio de origem e só poderá ser, uma vez preparado, uma vez educado nos costumes salutareos do trabalho. O indígena na escola



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

primária estaria deslocado, tornando-se altamente prejudicial a si e aos seus semelhantes. Devemos procurar evitar a difusão de escolas primárias nos povoados selvagens» (VIEIRA, 2001).

Aqui se pode confirmar a exclusividade da escola para apenas filhos dos colonos e de uma minoria africana identificada como assimilada. Um assimilado era um negro que vivia segundo a cultura portuguesa e beneficiava de alguns direitos da sociedade colonial (SANTOS, 1970).

Med (1997). Apesar de alguns africanos terem acesso à escola, menos 5% de todas as crianças de idade compreendida entre os 5 e os 14 anos frequentavam a escola em 1950, enquanto 97% de todos os africanos de 15 anos e mais velhos eram classificados analfabetos. De uma maneira geral, podemos afirmar que o ensino colonial não era um ensino virado para as populações angolanas, para a sua cultura e para a promoção dos seus valores, era sim um instrumento ideológico do sistema colonial que tinha como objetivo inculcar valores morais, éticos, políticos e religiosos acerca da realidade portuguesa, incluindo ideias de servilismos na consciência do angolano, enquanto a escola era uma forte instituição de expansão da língua portuguesa em detrimento das línguas angolanas. É de salientar que nas colónias os programas e conteúdos de ensino diziam respeito a realidade portuguesa. Estudava-se a flora e fauna, a história, a geografia de Portugal, criando-se um vazio cultural acerca de conhecimentos da realidade da própria colónia, (citado por VIEIRA, 2007).”

O PERÍODO QUE ANTECEDEU A INDEPENDÊNCIA: 1974 – 1975

Antes de abordarmos qualquer aspecto de ordem política, gostaríamos de recuar um pouco no tempo para analisarmos, ainda que de forma sucinta, o 25 de Abril de 1974 que culminou com a queda do regime ditatorial em Portugal. O 25 de Abril mais do que um produto histórico dos nacionalistas portugueses, teve a sua génese na luta armada que os nacionalistas africanos de Angola, Moçambique e Guiné Bissau, impuseram ao colonialismo português, criando uma situação favorável para a independência das ex-colónias. Vale a pena nos lembrarmos o que nos diz Basil Davidson:

“Estas guerras portuguesas foram extremamente dolorosas, mas por volta de 1970 a 1ª resistência africana começou em geral a ganhar vantagem. Essa resistência levou a grandes avanços políticos por parte dos africanos, assim como vitórias militares. Finalmente o derrube da ditadura salazarista em Abril de 1974, também veio pôr fim a estas guerras dolorosas e desastrosas para Portugal. (citado por VIEIRA, 2007, p. 80).”

Queremos aqui mostrar o quão foi importante o sacrifício dos Movimentos Nacionalistas africanos (em Angola o MPLA, FNLA e a UNITA), pois, com este esforço, surgiu a independência que veio a favorecer os próprios africanos a acessibilidade ao processo de ensino. Pouco antes da proclamação da independência, o país envolveu-se numa sangrenta guerra pelo poder, entre os três movimentos de libertação (MPLA, FNLA e UNITA), (NGULUVE, 2010).

Segundo Francisca do Espírito Santo citado por Alberto Nguluve (2010), esta situação deixou o país economicamente debilitado, tendo destruído a maior parte das comunicações terrestres e em



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

particular o caminho-de-ferro de Benguela. Estes conflitos não beneficiaram em momento algum o processo de ensino no país, pois que, passou-se a partir deste momento a direccionar todas as atenções na implantação da paz bem como na estabilização do país.

ANGOLA – A EDUCAÇÃO PÓS-INDEPENDÊNCIA (1975 - 1980)

Tendo o governo da República Popular de Angola compreendido a importância do sector no desenvolvimento do país, bem como da sua população, ocupou-se em um novo sistema de educação e de ensino que não englobasse nos seus objectivos e princípios os signos da política educacional colonial. É neste quadro que foi promulgada a Lei nº 4/75 de 09 de Dezembro de 1975, um mês a seguir a Independência, que consagrava a nacionalização do ensino. (NGULUVE, 2006).

E esta teve como objectivos imediatos fazer do sistema de educação um instrumento do estado e substituir todo o aparelho colonial da educação e ensino, promovendo no seio da sociedade angolana uma educação virada para o povo (escolas para todos), uma vez que as autoridades coloniais não a tinham implementado devido a sua política de exclusão e discriminação da maioria dos angolanos.

É importante aqui salientar que, em função da influência dos seus aliados, o primeiro sistema de ensino traçado pelo 1º congresso do MPLA, tinha fortes influências de países do bloco socialista. (VIEIRA, 2007).

Tendo em conta as orientações fundamentais para o desenvolvimento económico-social da República Popular de Angola no período de 1978/1980, as decisões saídas do 1º Congresso sobre a política educativa definiram como objectivos do sistema de educação e ensino o seguinte:

Formar as novas gerações e todo o povo trabalhador sob a ideologia marxista-leninista;

- ✓ Desenvolver as capacidades físicas e intelectuais de formas que todo o povo possa participar na construção da nova sociedade;
- ✓ Desenvolver a consciência nacional e o respeito pelos valores tradicionais;
- ✓ Desenvolver o amor ao estudo, o trabalho colectivo e o respeito pelos bens que constituem a propriedade do povo angolano;
- ✓ Desenvolver a unidade nacional;
- ✓ Garantir o desenvolvimento económico e social e a elevação do nível de vida da população.

De acordo com as decisões saídas desse Congresso que decorreu de 04 a 10 de Dezembro de 1977, redefiniu o novo sistema de educação e ensino da seguinte forma:

- ✓ Um subsistema do Ensino de Base;
- ✓ Um subsistema do Ensino Técnico-profissional;
- ✓ Um subsistema do Ensino Superior.

De acordo com esta estruturação, o sistema de ensino contava com a seguinte componente:



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

- ✓ Um Ensino Geral de Base – constituído por 8 classes subdividido em 3 níveis; o primeiro de quatro classes, começava na 1ª até 4ª classe; o segundo duas classes, incluía 5ª e a 6ª classe; o terceiro, da 7ª a 8ª classe.
- ✓ Um Ensino Pré-universitário – estruturado em quatro semestres com duração de 2 anos vigorava como um sistema transitório para o ensino universitário.
- ✓ Um Ensino Médio – com a duração de quatro anos, possuía dois ramos: o técnico que visava a formação de mão-de-obra para a indústria; e normal para formação de professores para o ensino de base.
- ✓ Por último, um Ensino Superior – estruturado em faculdades e institutos superiores, tinha a duração de 4 a 5 anos.

Quanto a questão da exploração escolar que atrás já nos referimos, verificamos que o número de crianças que frequentava a escola nos primeiros anos de independência é bastante significativo e em muitas zonas do país improvisaram-se escolas, muitas em armazéns abandonados, igrejas, debaixo das árvores, etc. Segundo referências do Ministério da Educação, em termos quantitativos, o sistema educativo da época colonial absorvia, em 1973, 608.607 alunos em todos níveis e subsistemas de ensino e possuía 17.978 docentes (MED, 1997) comparando com o período de 1976/77, segundo referências deste ministério, os alunos inscritos eram 1.032.854 em todos os níveis do ensino básico, superando significativamente o período colonial. Vejamos a seguir:

“Tal como o quadro mostra, com a independência o número de escolarização cresceu significativamente contrastando com 608.607 alunos matriculados 1973 da conquista da independência. Esta situação, evidencia o esforço das autoridades angolanas no sentido de escolarizarem todas as crianças em idade escolar, mas demonstra fundamentalmente a exclusão a que muitos tinham sido sujeitos no regime colonial que vedava o direito de ir a escola”

POLÍTICAS DO ENSINO EM ANGOLA “EXPERIÊNCIA SOCIALISTA”, (1975 - 1991)

Ao conquistar o poder e declarar a independência do país em 1975, o MPLA optou ao mesmo tempo por uma tentativa de combinar a construção nacional de uma sociedade socialista, tal como definida pelo Marxismo-leninismo. Nesta perspectiva adoptou uma política educacional inteiramente subordinada a estes objectivos. INIDE, Luanda (2009).

Durante anos, uma alta prioridade foi dada a uma ampla campanha de alfabetização de adultos que utilizou a técnica didáctica, mas não a metodologia de base do educador brasileiro Paulo Freire. Para além da transmissão de conhecimentos instrumentais básicos, a campanha teve por objectivo a promoção sistemática de uma identidade social abrangente (“nacional”) e uma mentalização política destinada a obter a aceitação do regime estabelecido. Não são conhecidas estatísticas fiáveis quanto a esta campanha, mas pode ser dado como certo que ela atingiu centenas de milhares de pessoas, Fundação Calouste Gulbenkian, Universidade Agostinho Neto – Estudo Global, Lisboa (1987).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

Paralelamente, procedeu-se a uma reestruturação e expansão do sistema do ensino geral, concebido para, ao menos tendencialmente, abranger a totalidade da população. Na sua versão regular, destinada à população em idade escolar, este sistema passou a compreender oito anos: quatro de ensino primário, dois pós-primário, e dois de ensino complementar. Na sua versão para adolescentes e adultos que não frequentavam a escola enquanto crianças, um programa comprimido era ministrado em seis anos. Este sistema chegou a ser implantado na quase totalidade do território, sendo para o efeito essencial a cooperação cubana que, de certo modo, substituiu os luso-angolanos que, durante o período colonial, tinham sido o suporte indispensável de todo ensino, mas que haviam deixado o país na altura da independência. Na continuação deste ensino básico, foi estabelecido um ensino médio de quatro anos (9^a a 12^a classes). Boa parte das respectivas escolas tinham como objectivos uma formação técnico-profissional nos mais diversos ramos, inclusive no da formação de professores. A conclusão da 12^a classe dava acesso ao ensino superior. Criaram-se também a nível médio escolas de ensino pré-universitário (PUNIV), especialmente desenhadas para, em menos tempo, levar ao acesso a estudos superiores em letras e ciências naturais, MED (2007).

Estudo Global, Lisboa (1987). Para os estudos superiores existia apenas a Universidade de Angola. Esta era a sucessora da Universidade de Luanda e passou em 1979 a chamar-se de Universidade Agostinho Neto. Embora ela compreendesse várias faculdades, situadas em Luanda e no Huambo, esta universidade não tinha condições para corresponder à procura gerada pela expansão do ensino, antes e depois da independência – tanto menos como o seu corpo docente ficou drasticamente reduzido com a saída dos professores luso-angolanos, só parcialmente substituído por “cooperantes” cubanos, alemães (da RDA) e Russos. Por esta razão, o MPLA estabeleceu um sistema de bolsas que permitiu, no decorrer dos anos, a vários milhares de alunos de realizar estudos universitários em diferentes “países socialistas” – principalmente em Cuba, mas também na União Soviética, na República Democrática Alemã e na Polónia.

PRIMEIRA REFORMA DO SISTEMA EDUCATIVO EM ANGOLA (1976 – 2000)

A organização do sistema educacional (1976), partiu da necessidade de mudança do sistema de educação que Angola herdara do colonialismo português, classificado como insuficiente, limitado, e em termos culturais, mais voltado ao domínio de Portugal. O sistema educativo português exaltava seus valores em detrimento dos valores nativos de Angola. (NGULUVE, 2010).

Este facto encontrava-se ainda patente nos manuais usados nas escolas, até a década de 1970, o que dificultou a reorganização do sistema educacional, uma vez que estas exigia ruptura em termos de hábitos, costumes e pensamentos (libertar a mente. Ora, os professores de que Angola dispunha para a sua educação eram frutos da Educação Colonial). MED (2007a).

Como já nos referimos anteriormente, a educação colonial não privilegiou o nativo angolano, ou seja, não existia uma educação para negros escravos. Com o alcance da Independência á 11 de Novembro de 1975, o novo governo, teve como desafio definir a partir de 1976, políticas concretas que pudessem permitir a correcção dos altos índices de analfabetismo apresentado pelo país,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

resultantes das fracas infra – estruturas, bem como dos materiais de apoio ao ensino herdado do colonialismo português" (FERNANDO, 2020, p. 12).

Em vista destas situações, em 1977 se cria e aprova o Plano Nacional de Ação a Educação de Todos, que visava fundamentalmente ampliar a oportunidade de acesso a educação fundamental sobretudo aos primeiros quatro anos de ensino a 1ª, 2ª, 3ª e a 4ª classe, MED (2007b).

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL

Segundo Francisca do Espírito Santo citado por Nguluve (2010), o sistema educacional desenvolvido na primeira reforma (1976), baseou-se fundamentalmente pelo aumento de oportunidades educativas, gratuidade do ensino de base (da 1ª a 4ª classe), obrigatoriedade de frequentar o primeiro nível e aperfeiçoamento pedagógico do seu corpo.

De acordo com o Decreto nº 40/80 de 14 de Maio, o sistema educacional em vigor desde 1978 constituía-se em subsistemas que compreendiam as seguintes etapas: Educação pré- escolar; Ensino Básico (de três níveis – o primeiro, da 1ª à 4ª classe; o segundo, 5ª à 6ª classe; e o terceiro, da 7ª à 8ª classe); Ensino Médio (dividido em Técnico e Normal); Ensino Superior (que inclui o Bacharelato, até ao terceiro ano e a licenciatura até ao quarto ano ou quinto ano, dependendo do curso); Ensino e Alfabetização de Adultos (MENEZES, 2010, p. 15).

DEFINIÇÃO DE MODELO DE ESCOLA (M.E)

O Modelo de Escola, é definido como uma representação de um sistema determinado de características e funções da escola como instituição social e de alunos, professores, colectivos de estudantes e trabalhadores administrativos que nela interactivam do/no processo pedagógico e das inter-relações que se estabelecem entre elas como a família, a comunidade e as estruturas de direcção da educação para alcançar o cumprimento dos fins educativos em uma etapa histórica. Neste sistema determinado de características e funções da escola como instituição socializadora e dos sistemas de relações e actividades que nelas têm lugar entre alunos, professores, colectivos pedagógicos e de estudantes, a comunidade e das instâncias de educação que permitem alcançar os fins da educação e objectivos do nível correspondente.

Este modelo descreve quais devem ser as particularidades da escola da educação geral de forma genérica as que devem concretizar-se, tendo em conta os fins do nível correspondente, das características dos escolares de acordo com o nível de ensino, peculiaridades locais, etc. “O modelo também pode ser expressado como um grupo de formulações interrelacionadas, que com independência suficiente possa expressar um conteúdo próprio que pode ser enriquecido e concretizado. Define-se também como paradigma que permite projectar a escola real no mais essencial, representativo e genérico da escola para o nível que se trata e pretende- alcançar”, Zau, (2009).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

Ademais, do carácter genérico (geral), do modelo que se pretende o que enriquece seu valor metodológico na descrição dos diferentes tipos de escolas, o modelo que se assume é caracterizado segundo (MENEZES, 2010), por:

- ✓ **Ser aberto**, ao revelar-se e reconhecer as complexas inter-relações educativas e de trabalho que se produzem na actividade da escola entre os diferentes agentes desde a escola até a família, comunidade, organizações economicamente activas, etc. e destas até a escola.
- ✓ **Ser flexível**, pois reconhece, as peculiaridades dos diferentes tipos de escola da educação geral, comunidades e condições sociopedagógicas, onde nas quais se aplica e permite tê-las em conta ao planificar o projecto educativo escolar e organizar a actividade educativa e seu funcionamento dentro das normas gerais.
- ✓ **Ser dinâmico**, por não ver estático a actividade educativa e o funcionamento do sistema de relações e actividades da escola e as inter-relações entre os subsistemas que o constituem, permitindo relacionar as diferentes características que compõem em seu movimento e desenvolvimento para o cumprimento de sua função preditiva.
- ✓ **Ser multidimensional**, ao assumir a diversidade das facetas da actividade escolar e do funcionamento da instituição socializadora em diferentes planos.

Segundo (ZAU, 2009), este Modelo de Escola permite descrever com um nível de segurança determinada o desenvolvimento da vida escolar e tomar com sua ajuda decisões sobre o trabalho metodológico e organizativo. Em nossa concepção o Modelo de Escola é um elemento de teoria pedagógica que pertence em seu núcleo fundamental, encontrando-se neste expressões de concepções pedagógicas de uma dada época e sociedade. Também constitui um meio de conhecimento pedagógico que permite explicar a realidade educativa e obter dela novos conhecimentos sobre a vida escolar e sua direcção. Portanto, este fica condicionado pelos fins e objectivos da Educação para um nível de ensino e serve para orientar a teoria e a política educativa em sua realização prática, sem substituir em suas formulações básicas.

Neste caso ao formular-se sobre um modelo deve-se ter em conta e partindo do reconhecimento da Pedagogia como ciência da Educação e de seus fundamentos fisiológicos, sociológicos e psicológicos elaborados pelo projecto pedagógico de cada país baseados em um marco de uma forte tradição humanista e uma sólida formação científica, promovendo a formação de um homem identificado com sua nacionalidade que responda aos valores positivos e revolucionários de sua época que transcendam com um amplo sentido de progresso social, (ZAU 2009).

Neste âmbito de se elaborar novos modelos no sector educativo a República de Angola, aquando do estudo sobre a Estratégia Integrada para a melhoria do sistema de educação aprovada pelo Conselho de Ministros em Setembro de 2001, recomendou a aprovação da Lei de Bases do Sistema Nacional de Educação (L.B.S.N.E.) e da conclusão do processo preparatório da Reforma Educativa (RE) e de sua implementação a partir do ano lectivo de 2003. Com a aprovação da Lei 13/01 de 31 de Dezembro, o país passou a viver uma etapa de transição do Antigo Modelo do Sistema de Educação (AMSE), implementado a partir de 1978 para o Novo Modelo do Sistema de Educação (NMSE). Assim pode-se afirmar que a reforma de 1978 no sector da educação pôs fim ao sistema colonial educativo que até então vigorava no país.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

Com a nova reforma do sistema de educação aprovada, esta obedeceu a estratégias de implementação faseada, onde os currículos (planos de estudo, perfis de saída, programas, manuais escolares e sistemas de avaliações das aprendizagens), foram testados em algumas escolas do Ensino Primário, Secundário e de Formação de Professores seleccionadas pelas Direções Provinciais de Educação para realizar a experimentação, avaliação e sua generalização. Zau Filipe (2006).

Sendo assim, podem ser distinguidas três etapas:

- ✓ 1ª Etapa de Diagnóstico do Antigo Modelo do Sistema de Educação, (Março / Junho de 1986);
- ✓ 2ª Etapa de Concepção do Novo Modelo do Sistema de Educação, (1986/2001);
- ✓ 3ª Etapa de Implementação do Novo Modelo do Sistema de Educação, (2002/2012).

Nesta última etapa podemos distinguir cinco fases, a saber:

Fase de Preparação, (2002/2012), onde houve a elaboração, reprodução e distribuição dos novos currículos; formação do pessoal docente; reabilitação das infraestruturas escolares e dotação às escolas de material didático. É de salientar que os planos de estudo e perfis de saída começaram a ser preparados no início de 1994/1995 e, posteriormente a elaboração de programas e manuais para o Ensino Primário, Secundária e Formação de Professores.

Fase de Experimentação (2004/2010), aplicação dos novos currículos em regime experimental nas escolas seleccionadas e em número reduzido de turmas.

Fase de Avaliação e Correção (2005/2010), fez-se a recolha de sugestões das Direcções das escolas e dos professores experimentadores sobre os currículos a serem testados.

Fase de Generalização (2006/2011), aplicação dos novos currículos em todo o território nacional, introduzindo-os progressivamente uma classe após outra em cada ano, num processo cuja duração é de seis anos.

Fase de Avaliação Global (2012), realização de uma avaliação geral e global ao sistema educativo (currículos, alunos e professores, administração e gestão e recursos materiais).

Falando do Antigo Modelo do Sistema de Educação e do Novo Modelo do Sistema de Educação, necessariamente estaremos a falar das reformas verificadas no Sistema Educativo Angolano, desde o surgimento do ensino em Angola. Esta reforma educativa iniciada em meados dos anos de 1986 apresenta os seguintes objectivos gerais:

- ✓ A expansão da rede escolar;
- ✓ A melhoria da qualidade de ensino;
- ✓ O reforço da eficácia do sistema de educação;
- ✓ A equidade do sistema de educação.

EXPANSÃO DA REDE ESCOLAR:

- ✓ Universalização da classe de iniciação do Ensino Primário à sexta classe (6ª);
- ✓ Introdução e generalização da Carta Escolar do Ensino Primário e Secundário;
- ✓ Integração das crianças com necessidades educativas especiais no sistema normal ensino;

RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

- ✓ Construção e reparação de novas escolas.

A MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO

Reformulação dos da educação, dos programas escolares, conteúdos, métodos pedagógicos, estrutura e meios pedagógicos adequados;

- ✓ Melhoria das aprendizagens e enquadramento pedagógico dos alunos.
- ✓ Formação inicial e em exercício de professores;
- ✓ Modernização e reforço da inspeção escolar;
- ✓ Melhoria da qualidade e quantidade de manuais escolares;
- ✓ Melhoria do trabalho metodológico e docente dos professores.
- ✓ Garantia da participação da comunidade nos trabalhos da escola, isto é, a garantia da relação entre a escola e a comunidade;

Redução do analfabetismo;

Expansão do programa de recuperação do atraso escolar.

REFORÇO DA EFICÁCIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO:

Construção de um sistema de monitoria e avaliação dos processos e resultados do ensino e aprendizagem;

- ✓ Melhoria do sistema de informação para a gestão educativa;
- ✓ Formação de gestores escolares;
- ✓ Melhoria na circulação de informação dos dados do processo de ensino aprendizagem;
- ✓ Redimensionamento do perfil da escola, dando-lhe a possibilidade de rentabilizar os recursos disponíveis.

A EQUIDADE DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO:

Garantia de igualdade de oportunidades à todos os cidadãos através do ensino primário com qualidade, atingindo particularmente as classes desfavorecidas;

Redução das disparidades de género, de portadores de deficiência psicossomáticas e das assimetrias regionais no acesso à educação.

A organização do sistema educacional (1976) partiu da necessidade de mudança do sistema de educação que Angola herdou do colonialismo português, classificado como ineficiente, limitado e, em termos culturais, mais voltado ao domínio cultural de Portugal (NGULUVE, 2006, p. 78).

De salientar que o subsistema de ensino que substituiu o ensino português, foi aprovado em 1977 e entrou em vigor no ano de 1978, publicado pelo Decreto Lei n.º 40/80, de 14 de Maio de 1987 constituído da seguinte forma, segundo Gilberto et al., (2020, p. 4):



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

Educação Pré-escolar, que compreendia crianças de 1 a 5 anos de idade e subdivididos em Creche (de 1 a 3 anos), jardim Infantil (4 a 5 anos) e Iniciação (5 anos, e, às vezes, dependendo do contexto, 6 anos);

Ensino de Base (Regular, Adultos e Ensino Especial), subdividido em três níveis que são: 1º Nível (de 1ª à 4ª Classe “obrigatório”); 2º Nível (5ª à 6ª Classe “formação profissional”) e 3º nível (7ª à 8ª Classe);

Ensino Médio, subdividido em Médio Normal (9ª à 12ª Classe), Médio Técnico (9ª à 12ª Classe) e Pré-Universitário (9ª à 11ª Classe);

Ensino Superior, subdividido em dois níveis, o primeiro compreendia do 1º ao 3º ano no “Bacharelato” e o segundo do 4º ou 5º ano no “Licenciado”;

O Ensino de Adulto estava voltado fundamentalmente para a alfabetização e ensino geral básico, que mediante o desenvolvimento do nível de conhecimento, os adultos poderiam ser enquadrados na formação profissional técnica.

Com o surgimento da Lei 13/01 de 31 de Dezembro (Lei de Base do Sistema Educativo de Angola), que entrou em vigor em 2004 até 2016, passou-se a ter seis subsistemas de ensino, sendo Gilberto et al., (2020, p. 4):

1. **Subsistema de Educação Pré-escolar** compreende a creche e o jardim infantil (não obrigatório);
2. **Subsistema do Ensino Geral** está subdividido em ensino primário (obrigatório) e ensino secundário. O primeiro compreende de 1ª à 6ª Classe; o segundo de 7ª à 9ª Classe;
3. **Subsistema de Ensino Técnico-Profissional** concebido para adotar as novas gerações, de capacidades técnico-profissionais, com vista à sua participação em atividades profissionais da sociedade. Este se divide em formação profissional técnica básica e média;
4. **Subsistema de Formação de Professores** tem por objetivo formar professores para o ensino geral, concretamente a educação regular, de adultos e a educação especial. Está subdividido em dois níveis: formação média normal e ensino superior pedagógico;
5. **Subsistema de educação de adultos** visa recuperar o atraso da formação de adultos. Compreende dois graus que são: Ensino primário (alfabetização e pós-alfabetização) e ensino secundário que compreende o 1º ciclo e o 2º ciclo;
6. **Subsistema do Ensino Superior** vocacionado para a formação de quadros de nível superior, com maturidade e capacidade para senso crítico e avaliativo, no que tange às várias situações do país. Está subdividido em graduação e pós-graduação, ao primeiro compreende o Bacharelato (três anos concluídos) e Licenciatura (quatro ou cinco anos dependendo do curso), já a pós-graduação, compreende o Mestrado e o Doutoramento.

ESTRUTURA ACTUAL DO SISTEMA EDUCATIVO EM ANGOLA

Em conformidade com o Artigo 17º, ponto 1 da Lei 32/20 de 12 de Agosto de 2020, “o Sistema de Educação e Ensino é unificado e está constituído por seis Subsistemas de Ensino e quatro Níveis de Ensino “como se segue segundo Gilberto et al., (2020, p. 6):

1. **Subsistema de Educação Pré-Escolar** - está vocacionada para a educação da primeira infância, constituída em duas etapas que são: Creche (dos 3 meses aos 3 anos de idade); jardins-de-Infância, Centros Infantis Comunitários/Centros de Educação Comunitária (dos 3 aos 5 anos de idade, no ano da matrícula, compreendendo a Classe de Iniciação dos 5 a 6 anos de idade.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

2. **Subsistema do Ensino Geral** - é considerado como o fundamento do Sistema de Educação e Ensino, pois, visa assegurar a formação integral, harmoniosa e sólida, necessária para uma boa inserção no mercado de trabalho e na sociedade, bem como para acesso aos níveis de ensino seguintes.
3. **O Ensino Primário** tem a duração de 6 anos e têm acesso, ao mesmo, as crianças que completam, pelo menos, 6 anos de idade no ano de matrícula. O Ensino Primário começa da 1.^a à 4.^a Classe em regime de monodocência, 5.^a a 6.^a Classe, nos termos a regulamentar em diploma próprio.

O I Ciclo do Ensino Secundário Geral compreende dois ciclos de três (3) classes para cada. O Primeiro Ciclo inclui a 7.^a, 8.^a e 9.^a Classes.

O II Ciclo do Ensino Secundário Geral compreende a 10.^a, 11.^a e 12.^a Classes, e, é frequentada por alunos que tenham 15anos.

4. **Subsistema de Ensino Secundário Técnico-Profissional** consiste em formar os alunos, de técnicas profissionais. A Formação Profissional Básica corresponde ao I Ciclo do Ensino Secundário e realiza-se nas Escolas Técnicas, Politécnicas e nos Centros de Formação Profissional, e compreende às 7.^a, 8.^a e 9.^a Classes e o II Ciclo que vai da 10.^a à 12.^a Classe.
5. **Subsistema de Formação de Professores-** Este tipo de subsistema é composto pelo Ensino Secundário Pedagógico, após a conclusão da 9.^a Classe, com duração de quatro anos, em Escolas de Magistério e o Ensino Superior Pedagógico após a conclusão do II Ciclo do Ensino Secundário ou equivalente, com duração variável em função das particularidades do curso.
6. **Subsistema de Educação de Adultos:** Ensino Primário compreendendo a alfabetização (1.^a e 2.^a Classes e é frequentado por alunos com idades a partir de 12 anos) e Pós-alfabetização (3.^a, 4.^a, 5.^a e 6.^a Classes e é frequentada por alunos com idades a partir de 17 anos); o Ensino Secundário corresponde ao Primeiro Ciclo do Ensino Secundário Geral (7.^a, 8.^a e 9.^a Classes), o Segundo Ciclo do Ensino Secundário Geral, compreende (10.^a, 11.^a e 12.^a Classes), o Primeiro Ciclo do Ensino Secundário Técnico, com cursos de Formação Profissional Básica, que compreende (7.^a, 8.^a e 9.^a Classes) e o Segundo Ciclo do Ensino Secundário Técnico-Profissional, com cursos de Formação Média Técnica, compreende (10.^a, 11.^a, 12.^a e 13.^a Classes);
7. **Subsistema do Ensino Superior** é o conjunto integrado e diversificado de órgãos, instituições, disposições e recursos que visam a formação de quadros e técnicos de alto nível, apostando no Ensino, na Investigação científica e na Extensão.

O ENSINO A DISTÂNCIA EM ANGOLA

O Ensino a Distância em Angola é regulamentado através da Lei de Sistema de Educação em Ensino. Esta modalidade de Ensino é uma grande alavanca para que, os professores e quadros de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

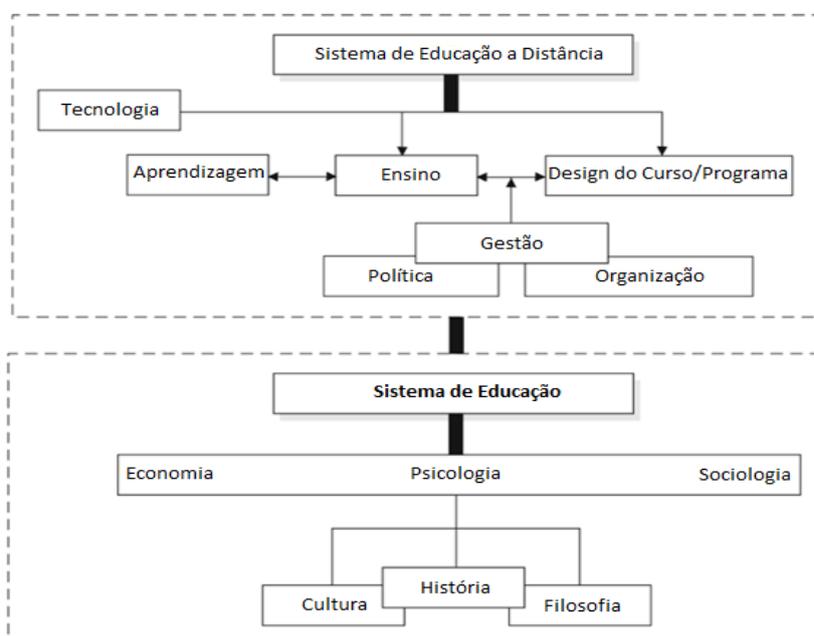
A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

outros sectores, consigam capacitar-se através do ensino assíncrono. Pois a Pandemia da Covid-19, trouxe grandes mudanças e grandes desafios para a educação no mundo, em particular em Angola.

O Ensino a Distância (EaD) surgiu da necessidade das pessoas que, por vários motivos, não podiam frequentar uma sala de aula do ensino presencial (SANTOS, 2015) citado por (BARBANTE, 2020, p. 87), salientando que, o E a D existe, pelo menos, desde o final do século XVIII. Mas, somente a partir de meados do século XIX, quando foi criado o primeiro curso por correspondência, por Sir Isaac Pitman, Correspondence Colleges, Reino Unido, começa a ter um maior desenvolvimento (ANDRADE, 2000). Segundo Gomes (2008) citado por Barbante (2020, p. 87), salienta que, ao longo das últimas décadas, pudemos verificar que, frequentemente, as primeiras práticas de E a D nas Instituições de Ensino Superior (IES) estiveram associadas a um número relativamente reduzido de docentes e assumiam um carácter inicial de alguma informalidade institucional e de opção pessoal.

O Ensino a Distância é uma ação educativa onde a aprendizagem é realizada com uma separação física (geográfica e/ou temporal) entre alunos e professores. Este distanciamento pressupõe que o processo comunicacional seja feito mediante a separação temporal, local ou ambas entre a pessoa que aprende e a pessoa que ensina. (BARBANTE, 2020, p.86).

Figura 1: Modelo Conceptual de Educação a Distância



Fonte: (adaptado de MOORE; KEARSLEY, 2012, p. 10) citado por (BARBANTE, 2020, p. 88).

Para aprender e ensinar na Modalidade de Ensino a Distância, identificam-se duas formas de comunicação (SANTOS, 2000) citado por (BARBANTE, 2020, p. 86):

- ✓ Comunicação Unidirecional - Conteúdo em papel, guias de estudo, livros, emissões de rádio, de televisão, cassetes, são alguns exemplos;



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

- ✓ Comunicação Bidireccional Correspondência em papel, telefone, audioconferência, são alguns exemplos. A comunicação bilateral tem como objectivos principais manter um grau elevado de motivação no formando, facilitar a sua aprendizagem, informa-lo pedagogicamente ou tecnicamente e dota-lo de capacidades cognitivas adequadas` sua progressão no estudo das matérias.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, descritiva e exploratória sobre a educação em Angola do Século XV ao Século XXI, olhando pela organização, desenvolvimento e perspectiva do Sector, fez-se também revisoes bibliográficas em livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses, bibliotecas digitais e repositórios académicos (Scielo, scholar, google academic), computador (portatil),questionários analíticos, por último, o copsoq (copenhagen psychosocial questionnaire).

Participantes: o presente estudo, foi realizado com 15 estudantes do 4º Ano dos Cursos de Licenciatura em Ensino Primário do Institto Superior Politécnico Caála, Polo Universitário do Bailundo.

Instrumento de pesquisa: Utilizou-se um questionário Ad Hoc bifásico, publicado na plataforma *Googleforms*, contendo perguntas sobre dados sociodemográficos e sobre a educação em Angola do Século XV ao Século XXI, olhando pela organização, desenvolvimento e perspectiva do Sector.

A análise de dados: Consistiu-se no uso de estatística descritiva aferida dos resultados dos inquéritos aplicados, que para Rudio (2000) é uma fase metodológica que objetiva obtenção das informações da realidade.os dados foram tabulados e analisados com o software Excell, Word e utilizou-se a médias, porcentagens, e os dados, estão apresentados em estatística descritiva, em tabela e gráficos.

O presente estudo teve por base um tipo de amostragem não-probabilística, por conveniência, no qual foram seleccionados critérios de inclusão de acordo com os objetivos estabelecidos para a investigação, incluindo como critério a variável profissão, dirigindo-se o estudo, apenas, estudantes do ISPC-Polo Bailundo, futuros professores do Ensino Primário.

A participação no estudo foi voluntária e a confidencialidade dos participantes assegurada. Dentre eles homens e mulheres. Devido aos critérios de seleção pré-definidos, a dimensão final da amostra surge condicionada, pois este tipo de população, considerando os profissionais integrados em contextos ocupacionais especializados e específicos, não se encontra em grande número.

DISCUSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Atualmente, cerca de 263 milhões de crianças e jovens estão fora da escola, em todo o mundo (UNESCO, 2016). Este total inclui 61 milhões de crianças em idade de frequentar o ensino primário, 60 milhões em idade de frequentar o 2.º e 3.º ciclo e 142 milhões em idade de frequentar o ensino secundário. De acordo com dados do Instituto de Estatística da UNESCO, em todas as regiões os jovens com maior idade são aqueles que enfrentam mais barreiras à educação. De acordo



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

com a média global, os jovens entre os 15 e os 17 anos têm 4 vezes mais probabilidade de não estarem na escola do que as crianças entre os 6 e os 11 anos. Este facto explica-se, em parte, porque o ensino primário e o 2.º e 3.º ciclo são obrigatórios em quase todos os países, enquanto que o ensino secundário não é. Além disso, “como muitos destes jovens se encontram em idade legal para poderem trabalhar, muitos não têm outra escolha senão trabalhar, enquanto que outros tentam ainda conciliar os estudos com o trabalho” (UNICEF, 2016).

Por último, os conflitos armados constituem grandes barreiras à educação. À escola global, 35 por cento das crianças fora da escola em idade de frequentar o ensino primário (22 milhões), 25 por cento dos/as adolescentes fora da escola em idade de frequentar o 2.º e 3.º ciclo (15 milhões) e 18 por cento de jovens em idade de frequentar o ensino secundário e superior (26 milhões) vivem em zonas de conflito armado. Algumas das crianças mais pobres do mundo vivem em áreas que são especialmente vulneráveis a desastres naturais, tais como inundações, secas ou tempestades severas (UNICEF, 2016).

Figura n. 02: Representação do gênero na pesquisa por %.



Fonte: Própria, 2022

Na figura 2, se faz um resumo dos principais resultados provenientes do inquérito aplicados aos alunos do 4º Ano dos Cursos de Licenciatura em Ensino Primário do Instituto Superior Politécnico Caála, Polo Universitário do Bailundo.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

Quadro1. Inquérito aplicados aos alunos do 4º Ano dos Cursos de Licenciatura em Ensino Primário do Instituto Superior Politécnico Caála, Polo Universitário do Bailundo.

nº	Variáveis	Sim		Não		Não sei		Talvez		Total
			%		%		%		%	
1	Já ouviu falar de desafios da Educação em Angola no Século XXI e o seu contributo na melhoria do ensino e aprendizagem?	5	25	10	75					15
2	O estudo sobre educação em Angola no século XV ao Século XXI: um olhar pela organização, desenvolvimento e perspectiva do Sector pode contribuir para o futuro da Educação?	3	25	10	70			1	5	15
3	Faz sentido formar técnica e profissionalmente os professores e Directores escolares?	2	10	10	75	3	15			15
4	A formação de quadros qualificados para o sector de educação, olhando pelos primórdios em Angola, poderemos a breve trecho ter um ensino de qualidade ?	2	20	13	80					15
5	O uso das TICs na sala de aulas, o ensino a Distância, o uso de metodologias activas, podem contribuir bastante para a formação do homem novo em Angola e capacitar os quadros da educação ?	13	90	1	5	1	5			15
Total:		5		4		4				5

Fonte: Própria, 2022



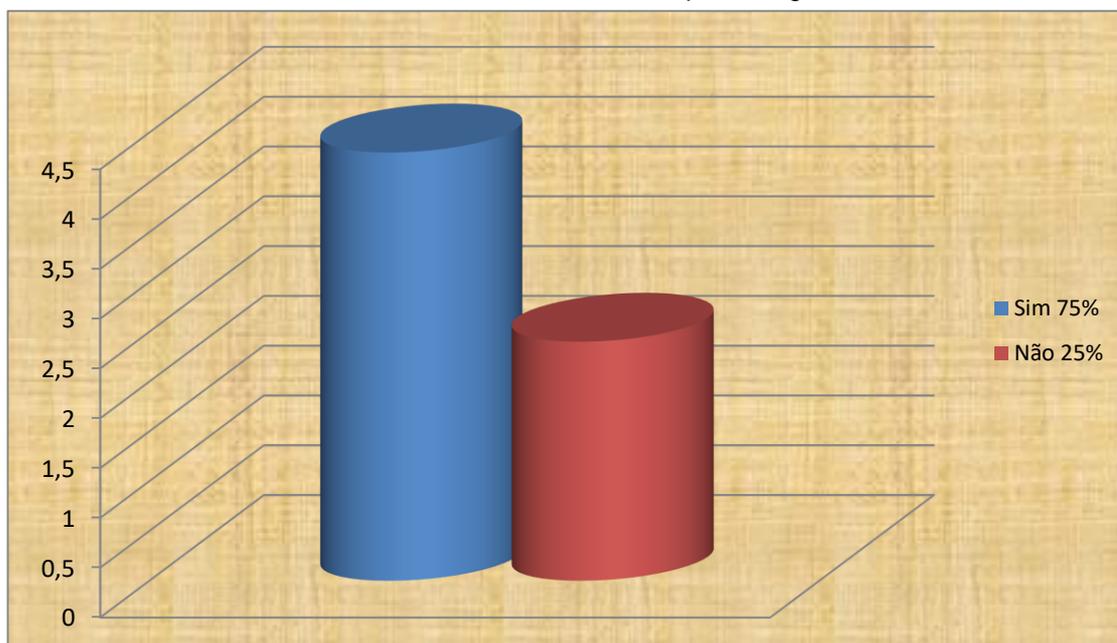
RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

A interpretação das percentagens obtidas com o instrumento quantitativo, relaciona-se com as manifestações dos inquéritos aplicados aos alunos do 4^o Ano dos Cursos de Licenciatura em Ensino Primário do Instituto Superior Politécnico Caála, Polo Universitário do Bailundo.

E é possível estabelecer parcerias que incluem a experiência destes como futuros professores de carreira na área de Ensino Primário. Pois estes são o alicerce da educação.

Figura n. 03: Perg.1 - Já ouviu falar de desafios da Educação em Angola no Século XXI e o seu contributo na melhoria do ensino e aprendizagem?



Fonte: Própria, 2022

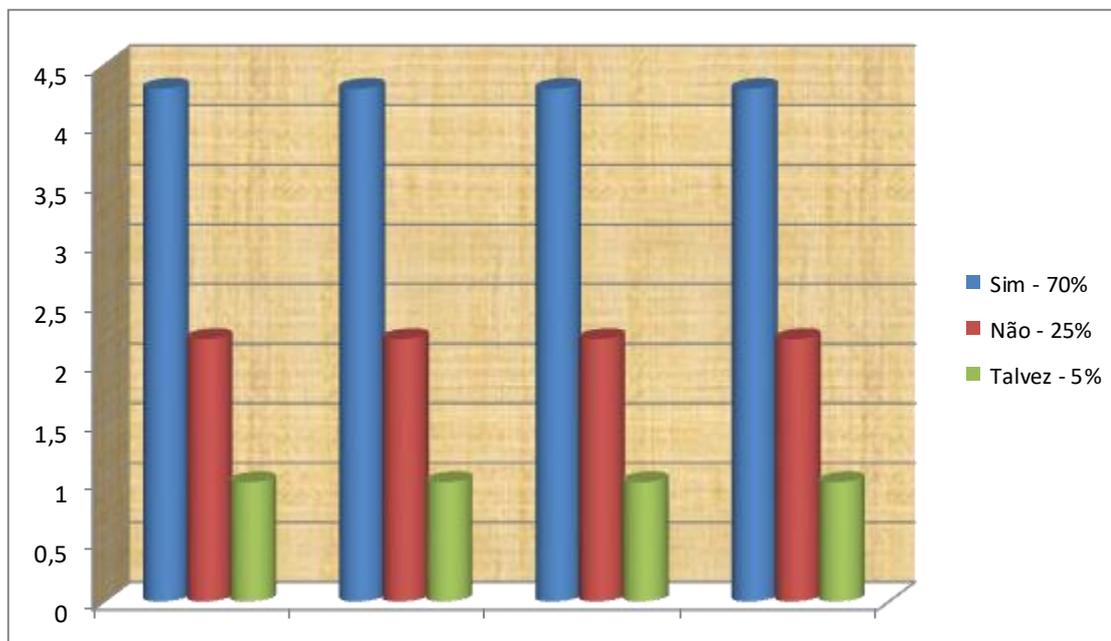
Os resultados da 1^a pergunta, mostram que, 75% das pessoas entrevistadas já ouviram falar de desafios da Educação em Angola no Século XXI e o seu contributo na melhoria do ensino e aprendizagem e 25% nunca ouviram falar. O que denota uma grande visão de mudanças no seio dos entrevistados. Pois que, a mudança de paradigmas de ensino e as metodologias, é um dever de todos nós.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

Figura n. 04 e Perg. 3: O estudo sobre educação em Angola no século XV ao Século XXI: um olhar pela organização, desenvolvimento e perspectiva do Sector pode contribuir para o future da Educação?



Fonte: Própria, 2022

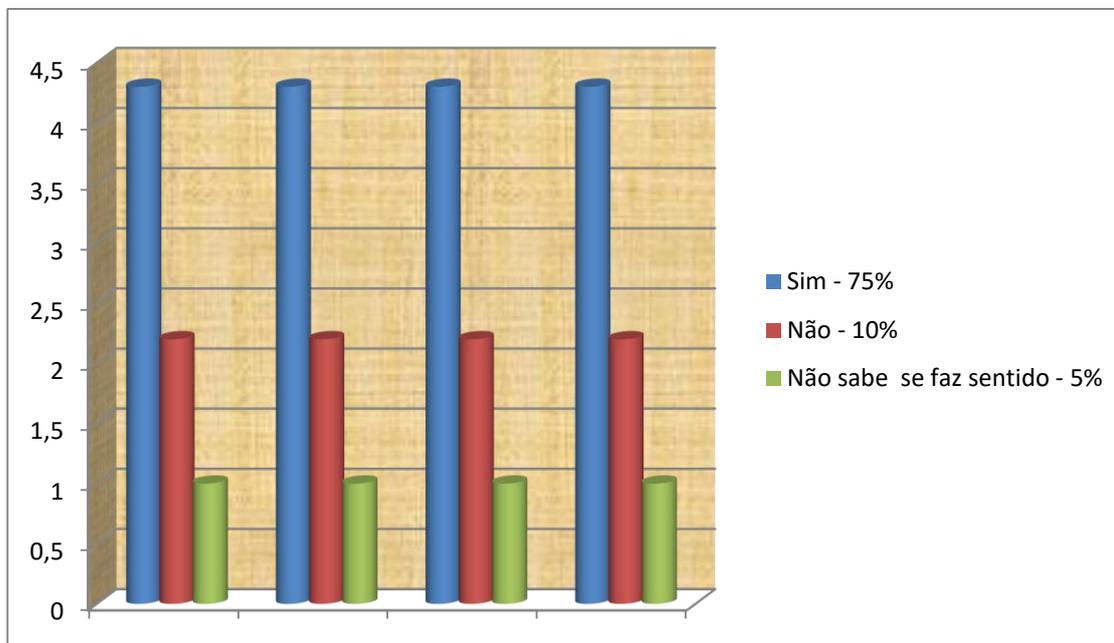
Na presente figura, temos 70% de pessoas entrevistadas disseram que sim, o estudo sobre educação em Angola no século XV ao Século XXI: Um olhar pela organização, desenvolvimento e perspectiva do Sector pode contribuir para o future da Educação, 25% disseram que não, e 5% disseram que, talvez pode contribuir.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

Figura n.º5, Perg. 3: Faz sentido formar técnica e profissionalmente os professores e Directores escolares?



Fonte: Própria, 2022

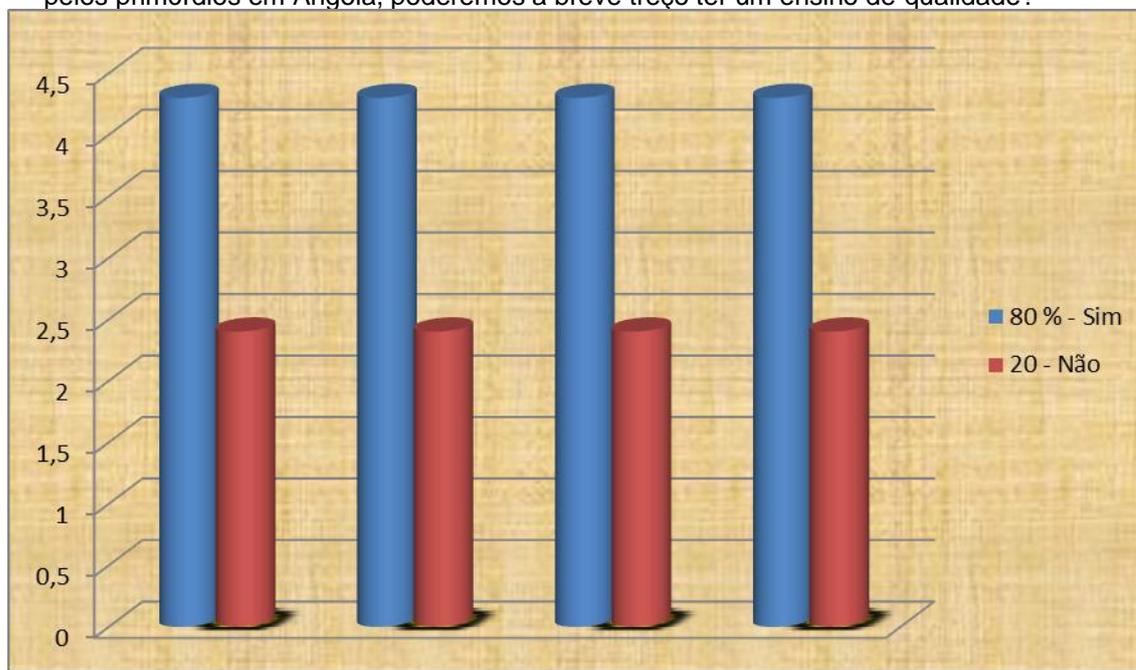
A figura n.º 3, representa os resultados obtidos no inquérito aplicado aos 15 futuros professores e futuros profissionais do Ensino Primário onde 75% disseram que faz sentido formar tecnicamente e profissionalmente os directores e professores, 10 % disseram que não faz sentido e 15%, não sabem se faz sentido. A formação de quadros, deve ser uma aposta dos governos ao nível do Mundo, pois que a maior riqueza de um país são os recursos humanos.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

Figura n. °6 Perg. 4: A formação de quadros qualificados para o sector de educação, olhando pelos primórdios em Angola, poderemos a breve trecho ter um ensino de qualidade?



Fonte: Própria, 2022

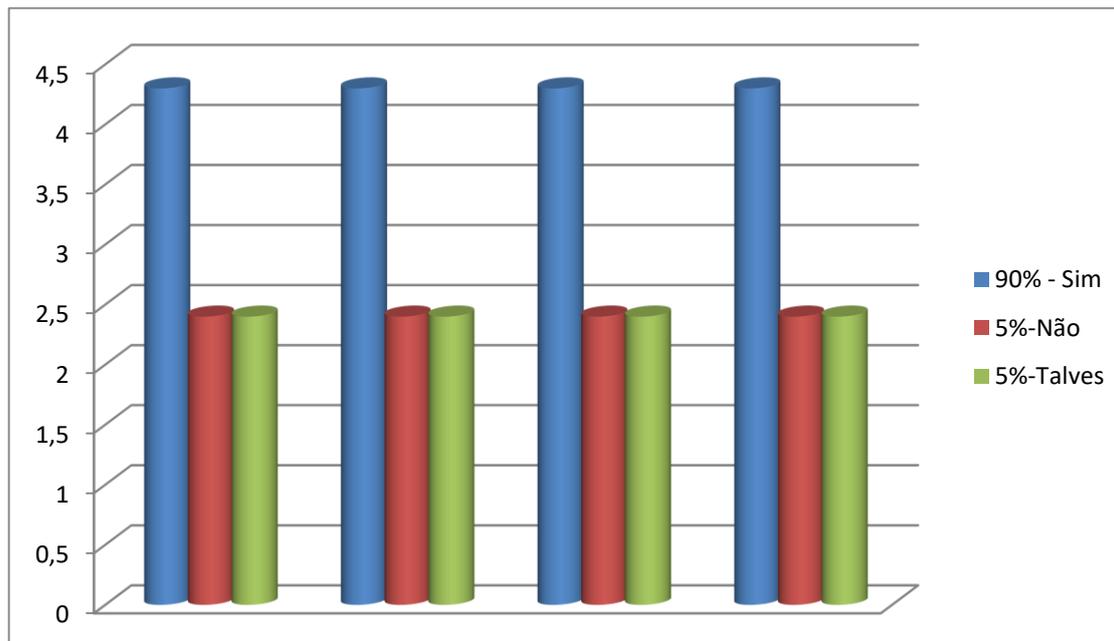
A figura n. °6, representa os resultados da 4ª pergunta onde 80% disseram sim, que a formação de quadros qualificados para o sector de educação, olhando pelos primórdios em Angola, pode-se a breve trecho ter um ensino de qualidade e 20 % disseram que não. A formação de quadros, é a peça fundamental para se investir o quadro actual, olhando para um ensino de qualidade.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

Figura n.º 7, Perg.5: O uso das TICs na sala de aulas, o ensino a Distância, o uso de metodologias activas, podem contribuir bastante para a formação do homem novo em Angola e capacitar os quadros da educação ?



Fonte: Própria, 2022

A figura n.º 6, representa 90% dos alunos do 4º Ano dos Cursos de Licenciatura em Ensino Primário do Instituto Superior Politécnico Caála, Polo Universitário do Bailundo, entrevistados que disseram que sim, o uso das TICs na sala de aulas, o ensino a Distância, o uso de metodologias activas, podem contribuir bastante para a formação do homem novo em Angola e capacitar os quadros da educação, 5% disseram que não, outros 5% disseram que, talvez pode contribuir.

Deve se primar para capacitação dos professores em Angola, garantindo-lhes um salário digno, e melhores condições de trabalho para que se possa promover um ensino de qualidade. Outro sim, o EaD, desempenham um papel muito importante na formação de professores e futuros gestores escolares, pois que estamos na era digital e é necessário que acompanhemos a evolução do mundo. Pois o futuro da Educação das instituições de Ensino Médio e Superior, estão no Ensino a Distância e na aposta as TICs.

CONCLUSÕES

Depois de uma breve incursão sobre a educação em Angola antes, durante e depois da independência, podemos concluir que a educação nem sempre foi distribuída de modo equitativo em todos os momentos da construção da história de Angola. Durante vários séculos que caracterizaram a colonização de Angola, a educação esteve na responsabilidade das Igrejas Cristãs, e que as poucas instituições de ensino estatal que vieram a existir, em pouco ou nada beneficiaram os nativos angolanos.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

Vale aqui sublinhar que a luta de libertação nacional levada a cabo pelos nacionalistas angolanos militantes dos movimentos de libertação nacional (MPLA, FNLA, e UNITA), abriu também aquilo que podemos considerar como caminhos para institucionalização da Educação em Angola. Com a independência, se tornou preocupação do governo em expandir a rede escolar por todo o país, tornando assim, aquilo que antes foi inacessível, acessível a todos sem excepção.

Entretanto, atendendo longos anos de conflito armado, várias infra-estruturas escolares foram devoradas, estando assim na base do adiamento da materialização dos objectivos do milénio (garantir que todas as crianças, de ambos os sexos, terminassem um ciclo completo de ensino primário) continuando como desafio para o estado angolano, a par dos esforços que têm sido empreendidos durante a vigência da paz. Hoje o grande desafio da Educação no mundo, é criar sistemas síncronos e assíncronos com vista a facilitar o ensino para todos, sem exclusão, bem como apostar seriamente na qualificação de quadros competentes e qualificados, de formas a garantir um ensino de qualidade. Podemos também aqui frisar que, as igrejas desempenham um papel preponderante na formação do homem. Recordando e valorizar as palavras de Liberato (2014, p.90), quando afirma que, o início da guerra civil, o elevado número de alunos, sobretudo nas zonas urbanas, a degradação das infraestruturas, a falta de material escolar, a baixa formação académica e profissional dos professores, os salários pouco atrativos são alguns dos fatores apontados para o decréscimo da qualidade da oferta educativa em Angola.

REFERÊNCIAS

AFRICANO, Luzia José. **A formação inicial e contínua dos oficiais das FAA**: o caso da Academia Militar do Exército. 2020. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Évora, Évora, 2020.

ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Angola: Assembleia Constituinte, 2010. Consultado a, v. 11, p. 265-286.

ANGOLA. de. Lei nº 32_20 de 12 de agosto. Que altera a Lei 17_16 de 7 de outubro Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. **Diário da República, Órgão oficial da República de Angola**. I Série, Nº 123. 2020. Recuperado de <https://es.scribd.com/document/472539383/Lei-n-32-20-que-altera-a-lei-17-16-lei-de-bases-do-sistema-de-educacao-pdf>

ANGOLA. **Informação Sobre a Implementação do Novo Sistema de Educação - Reforma Educativa do Ensino Primário e Secundário**, Angola: [s. n.], 2009.

ANGOLA. **Lei 13/01 de 31 de Dezembro aprovada a Lei de Bases do Sistema de Educação em Diário da República**, I Série, Nº 65. Luanda. Imprensa Nacional, 2001.

ANGOLA. Lei n.º 32/20, de 12 de agosto de 2020. Altera a Lei nº 17/16, de 7 de outubro – Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Revoga a Lei nº 13/01, de 31 de dezembro, e toda a legislação que contrarie o disposto na presente Lei, adita os artigos 124º-A, 124º-B e 124º-C, e republica a referida Lei. Luanda: **Diário da República de Angola**.

ANGOLA. Lei nº 17/16, de 07 de outubro de 2016. Nova Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, que estabelece os princípios e as bases gerais do Sistema de Educação e de Ensino – Revoga a Lei nº 13/01, de 31 de dezembro e toda a legislação que contrarie o disposto na presente lei (LBSEE nº 17/16). Luanda: **Diário da República de Angola**.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

BARBANTE, Cesário José Sanjambo et al. Perspectivas de implementação da modalidade de ensino a distância no ensino superior, em Angola. **Revista Multimédia de Investigação em Inovação Pedagógica e Práticas de e-Learning**, n. 3, p. 85-101, 2020.

CONSELHO DE MINISTROS. **Estratégia Integrada Para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015**. Luanda, Angola: [S. n.], 2001.

COSTA, Graça Mário; SANTOS E CAMPOS, M. A. **Os desafios da educação no século XXI no Município do Bailundo**: um olhar para as exigências actuais usando as NTIC`S. Bailundo: [S. n.], 2021.

COSTA, M. G. da; YAVORSKI, R.; SANTOS E CAMPOS, M. A. As competências tecnológicas e investigativas dos estudantes do curso de formação de professores: um estudo para a província do Huambo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 7, n. 12, p. 47-77, 2021. DOI: 10.51891/rease.v7i12.3413. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3413>. Acesso em: 12 jun. 2022.

COSTA, Manuel Fernandes. "As missões portuguesas e o ensino no Ultramar". **Boletim Geral do Ultramar**, ano 41, n. 480, p. 51-70, 1965.

COSTA, Manuel Fernandes. **As missoes católicas portuguesas eo ensino no Ultramar**. [S. l.: s. n.], 1965.

ESPÍRITO SANTO, Francisca do. História recente da educação em Angola. *In: Conferencia episcopal de Angola e São Tomé*. Luanda: CEAST, 2000.

ESPÍRITO SANTO, F. **História recente da educação em Angola**. [S. l.]: Educação para uma Cultura de Paz, 2000.

FERNANDO, Marcial Chiqueva. **Factores do insucesso escolar-um estudo feito a partir da Escola Primária Árvore do Conhecimento nº 84, ano lectivo de 2016/2017**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2020.

FERREIRA, Eduardo de Sousa. **Portuguese Colonialism in Africa: The end of na era**. Paris: UNESCO, 1974.

FREUD, William. **A educação em Angola (até aos anos 1920)**. [S. l.: s. n.], 2017

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIEN. **Universidade Agostinho Neto – Estudo Globa**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkien, 1987.

GILBERTO, Fenaldo Yuri Diambeje; DIAMBO, Fortunato Pedro Talani. Educação em Angola: limitações e avanços antes e depois da independência. **Revista Eletrónica KULONGESA- TES**, v. 3, n. 2, p. 125-133, 2021. ISSN 2707-353X

GONÇALVES, António Custódio. **A história revisitada de Kongo e de Angola**. Lisboa: Editorial Etampa, 2005.

INEE – Instituto Nacional de Educação Especial. **Programa de Identificação e Desenvolvimento de Crianças, Jovens e Adultos com Altas Habilidades/Superdotação em Angola**. Luanda: Conselho de Direção do MED, 2019.

LIBERATO, Ermelinda. Avanços e retrocessos da educação em Angola. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, p. 1003-1031, 2014.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

A EDUCAÇÃO EM ANGOLA NO SÉCULO XV AO SÉCULO XXI: UM OLHAR PELA ORGANIZAÇÃO,
DESENVOLVIMENTO E PERSPECTIVA DO SECTOR.
Mário Graça da Costa, Maria Aparecida Santos e Campos

MENDES, Geovana Mendonça Lunardi et al. Políticas de Educação Especial numa perspectiva inclusiva em Angola: contexto, avanços e necessidades emergentes (1979-2017). **Educar em Revista**, v. 37, 2021.

MENEZES, M. A. de. **Um olhar sobre a implementação da Reforma Educativa em Angola**: estudo de caso nas províncias de Luanda, Huambo e Huíla. Luanda: Maianga, 2010.

NGULUVE, Alberto Kapitango. **Educação angolana**: Políticas de reformas do sistema educacional. Moinho: Biscalchin Editor, 2010.

PNUD–Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do desenvolvimento humano**. [S. l.]: PNDU, 2010.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1980. 124p.

SAMUELS, Michael. **Education in Angola, 1878–1014**: A history of cultural transfer and administration. Nova Iorque: Teachers College Press, 1970.

SANTOS, Eduardo. **Religiões de Angola**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1969.

SILVA, Elisete Marques da. “O papel societal do Sistema de ensino na Angola colonial (1926-1974) **kulonga: Revista de Ciências da Educação e Estudos Multidisciplinares Luanda**, n. Especial, 2003.

SILVA, Eugénio Alves da; MENDES, Maria da Conceição Barbosa Rodrigues. **Avaliação da qualidade e qualidade da avaliação na Universidade Agostinho Neto (Angola)**. [S. l.: s. n.], 2011.

UAN – Universidade Agostinho Neto. **Livro do finalista 2007/2008**. Luanda: UAN, 2008.

UNESCO. Reformes de L'enseignement supérieur em Afrique: elements de Cadrage. [S. l.]: Unesco, 2016.

UNICEF. **Documento de Referência da INEE sobre Apoio Psicossocial e Aprendizagem Social e Emocional de Crianças e Jovens em contextos de Emergência**. New York: International Rescue Committee, Inc, 2016.

VIEIRA, Laurindo. **Angola**: a dimensão ideológica da educação, 1975-1992. Luanda: Editorial Nzila, 2007.

ZAU, Filipe. **Educação em Angola**: novos trilhos para o desenvolvimento. Luanda: Movlivros, 2009.